

SUMÁRIO

1	LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO.....	1
1.1	Princípio do efeito imediato, da aplicação imediata ou do <i>tempus regit actum</i> ..	1
1.2	Norma mista e princípios da temporalidade da lei penal.....	2
1.3	A “reforma processual penal” e as Lei 11.689, 11.690 e 11.719/2008	3
2	PRINCÍPIOS.....	7
2.1	Introdução: regras, princípios e postulados.....	7
2.2	Princípios informativos.....	14
2.2.1	Princípio da instrumentalidade processual penal.....	14
2.2.2	Princípio da economia processual	16
2.2.3	Princípio da operacionalidade.....	17
2.3	Princípios fundamentais ao processo penal	18
2.3.1	Introdução	18
2.3.2	Princípio da proporcionalidade.....	19
2.3.3	Princípio acusatório <i>versus</i> princípio inquisitivo – sistemas processuais penais.....	31
2.3.3.1	Sistema acusatório.....	31
2.3.3.2	Sistema inquisitivo	33
2.3.3.3	Sistema acusatório formal ou misto	34
2.3.3.4	Sistema processual penal brasileiro.....	36
3	CONDIÇÕES DA AÇÃO, PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E REJEIÇÃO DA DENÚNCIA OU QUEIXA – ART. 395	41
3.1	Introdução.....	41
3.2	Condições da ação penal	41
3.2.1	Natureza jurídica I: categoria autônoma.....	41
3.2.2	Natureza jurídica II: pressupostos processuais	43
3.2.3	Condições da ação em espécie	49
3.2.4	Condições da ação na “reforma processual penal”.....	50
3.3	Rejeição da denúncia ou queixa.....	55
3.3.1	Geral	55
3.3.2	Fato evidentemente não-delituoso.....	56
3.3.3	Extinção da punibilidade	58
3.3.4	Ilegitimidade da parte	58
3.3.5	Pressupostos processuais, condições de procedibilidade e justa causa ...	59
3.3.6	Falta de requisito	60
3.3.7	Incompetência do juiz.....	61
3.4	Teoria do processo.....	61
3.4.1	Introdução	61
3.4.2	Natureza jurídica	62
3.4.2.1	Introdução.....	62
3.4.2.2	Relação jurídica processual	62
3.4.2.3	Procedimento	64
3.4.3	Pressupostos processuais	67

4	PROCEDIMENTOS COMUNS – ARTS. 394-405 E 531-538.	73
4.1	Introdução – procedimentos comuns/especiais e aplicabilidade a outros procedimentos	73
4.2	Princípio da oralidade – princípios da identidade física do juiz, da concentração e da imediação – art. 399, § 2º	77
4.3	Procedimento comum ordinário – arts. 394 a 405.	80
4.4	Procedimento comum sumário – arts. 531 a 538.	87
5	PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI – ARTS. 406 A 497.	93
5.1	Introdução	93
5.2	Procedimento	96
5.2.1	<i>Iudicium accusationis</i> – primeira fase	96
5.2.2	<i>Iudicium causae</i> – segunda fase	105
5.3	Acusação e instrução preliminar – juntada de documentos – arts. 406 a 412 ...	107
5.4	Pronúncia, impronúncia, absolvição sumária e “desclassificação” – arts. 413 a 421	108
5.4.1	Fase decisória no <i>iudicium accusationis</i>	108
5.4.2	Pronúncia – art. 413	109
5.4.3	Impronúncia – art. 414.	114
5.4.4	Desclassificação – art. 410.	117
5.4.5	Absolvição sumária – art. 415	119
5.4.6	Intimação da decisão de pronúncia – art. 420	122
5.5	Preparação do processo para julgamento – arts. 422 a 424	127
5.6	Alistamento dos jurados – arts. 425 e 426	130
5.7	Desaforamento – arts. 427 e 428	131
5.8	Organização da pauta – arts. 429 a 431	133
5.9	Sorteio e convocação dos jurados – arts. 432 a 435	133
5.10	Função do jurado – arts. 436 a 446	133
5.11	Composição do tribunal do júri, formação e dissolução do conselho de sentença – arts. 447 a 452, 481 e 497, V.	134
5.11.1	Composição do tribunal do júri	134
5.11.2	Impedimentos, incompatibilidades e suspeição de jurados	135
5.11.3	Impedimentos decorrentes de participação em julgamento anterior ..	135
5.11.4	Competência para mais de um julgamento	136
5.11.5	Dissolução do conselho de sentença	136
5.12	Reunião e sessões do tribunal do júri – arts. 453 a 472	137
5.12.1	Geral	137
5.12.2	Abertura, isenções e dispensas de jurados, adiamento, falta das partes e não-comparecimento do acusado ou de testemunha ...	137
5.12.3	Número mínimo de jurados para instalação	138
5.12.4	Sorteio e recusas motivadas	138
5.12.5	Incomunicabilidade	139
5.12.6	Sorteio, recusas imotivadas, “estouro de urna” e separação de julgamento	140
5.13	Instrução em plenário – declarações do ofendido, inquirições de testemunhas, peritos, interrogatório e algemas – arts. 473 a 475	145
5.13.1	Momento da instrução.	145
5.13.2	Inquirição das testemunhas e ofendidos.	145
5.13.3	Esclarecimento dos peritos, acareações, reconhecimentos e leitura de peças.	146
5.13.4	Interrogatório do acusado.	147

5.13.5	Uso de algemas	147
5.13.6	Registros, contraditório e plenitude da defesa.	148
5.14	Debates – duração, apartes, referência à pronúncia, leitura de documentos e diligências – arts. 476 a 481	148
5.15	Questionário e sua votação – arts. 482 a 491	151
5.16	Sentença no júri – arts. 492 e 493	164
5.16.1	Condenação	164
5.16.2	Absolvição	167
5.16.3	Desclassificação e juizados especiais criminais.....	168
5.16.4	Absolvição, desclassificação e crimes conexos	172
5.16.5	Publicação e intimação	173
5.17	Ata dos trabalhos – arts. 494 a 496	174
5.18	Atribuições do presidente do tribunal do júri – art. 497	174
6	ACÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i> – ART. 63, PAR. ÚN.	175
6.1	Introdução	175
6.2	Execução civil da sentença penal condenatória transitada em julgado.	176
7	SUJEITOS PROCESSUAIS – ARTS. 257 E 265	179
7.1	Ministério Público	179
7.2	Defensor e curador	179
8	PROVAS – ARTS. 155, 156, 157, 159, 201, 210, 212 E 217.....	185
8.1	Definições, finalidade, destinatário e elementos – provas antecipadas, cautelares e não-repetíveis, e elementos informativos	185
8.2	Classificação da prova	189
8.3	Provas ilícitas e ilegítimas.	190
8.3.1	Noção, classificação e constitucionalidade da definição de prova ilícita	190
8.3.2	Provas ilícitas no processo penal estadunidense (<i>exclusionary rule</i>) ..	192
8.3.3	Exceção da boa-fé ao princípio da licitude (<i>good faith exception</i>).....	195
8.3.4	Extensão do "princípio da exclusão" (princípio da licitude) a procedimentos diversos	197
8.3.5	A doutrina dos frutos da árvore venenosa (<i>fruits of the poisonous tree doctrine</i>) ou teoria da prova ilícita por derivação e as provas derivadas, nos EUA e no Brasil	197
8.3.6	A limitação da fonte independente (" <i>independent source</i> " limitation), nos EUA e no Brasil	198
8.3.7	A limitação da descoberta inevitável (" <i>inevitable discovery</i> " limitation), nos EUA e no Brasil	199
8.3.8	A limitação da contaminação expurgada (" <i>purged taint</i> " limitation) ou da conexão atenuada (" <i>attenuated connection</i> " limitation)	201
8.3.9	O princípio da proporcionalidade e as provas ilícitas	202
8.3.10	A eficácia das provas ilícitas	204
8.4	Princípios aplicáveis à prova penal	209
8.4.1	Introdução	209
8.4.2	Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meio ilícito ou princípio da licitude da prova	209
8.4.3	Princípio da verdade real, princípio dispositivo e princípio da investigação (ou inquisitivo).....	210
8.4.4	Princípio da proporcionalidade.....	218

8.4.5	Princípio do livre convencimento, princípio da persuasão racional do juiz, princípio da íntima convicção e princípio da prova real – art. 155 do CPP.....	219
8.4.6	Princípio da oralidade	221
8.5	Sistemas de avaliação da prova	221
8.5.1	Sistema da certeza moral do juiz	221
8.5.2	Sistema da certeza moral do legislador	222
8.5.3	Sistema da persuasão racional do juiz, sistema do livre convencimento motivado, sistema da livre convicção condicionada ou sistema da verdade real	222
8.6	Resultado da avaliação da prova	223
8.7	Provas – objeto, pressupostos, produção antecipada e prova judicial <i>ex officio</i>	223
8.7.1	Objeto da prova – definição	223
8.7.2	Fatos que independem de prova	224
8.7.3	Fatos que dependem de prova	226
8.7.4	Pressupostos para produção e coleta, produção antecipada de provas e prova judicial <i>ex officio</i> – art. 156 do CPP	226
8.8	Meios de prova	230
8.9	Ônus da prova	231
8.10	Momentos da prova	233
8.11	Exame de corpo de delito e perícias em geral	234
8.11.1	Introdução	234
8.11.2	Perícias em geral	236
8.11.3	Exame de corpo de delito	241
8.12	Interrogatório do acusado	249
8.13	Testemunhas	254
8.14	Ofendido	263
9	PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIAS – ARTS. 387, PAR. ÚN., 413, § 2º, 492, I, “E”, E REVOGADOS ARTS. 408, §§ 2º E 3º, E 594	267
9.1	Prisão na pronúncia e prisão na sentença condenatória recorrível	267
9.2	Liberdades do art. 594 do CPP e do art. 59 da Lei 11.343/2006 (Lei Antidrogas)	275
9.3	Liberdades do art. 408, §§ 2º e 3º, CPP	276
10	CITAÇÃO – ARTS. 362 A 366	277
10.1	Introdução	277
10.2	Citação por edital e citação por hora certa	278
10.2.1	Citação por edital	278
10.2.2	Citação por hora certa	280
10.3	Citação por edital, suspensão, revelia e art. 366 do CPP	282
10.3.1	Suspensão do processo e da prescrição e incindibilidade da norma	282
10.3.2	Necessidade da prova durante a suspensão	283
10.3.3	Revelia	284
10.3.4	Duração das suspensões do processo e da prescrição	284
10.3.5	Manutenção da suspensão do processo e continuação da prescrição	285
10.3.6	Aplicabilidade ou não ao processo penal militar	286
10.3.7	Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/1998) e art. 366 do CPP	287
10.3.8	Prisão preventiva e art. 366 do CPP	290

11	SENTENÇA – ARTS. 383, 384, 386, 387 E 397	291
11.1	Sentenças em geral	291
11.1.1	Princípios	291
11.1.2	Requisitos	293
11.1.3	<i>Emendatio libelli</i> – art. 383	294
11.1.4	<i>Mutatio libelli</i> – art. 384	297
11.1.4.1	Noção	297
11.1.4.2	<i>Mutatio libelli</i> dos revogados <i>caput</i> e parágrafo único do art. 384 do CPP	297
11.1.4.3	<i>Mutatio libelli</i> do art. 384 do CPP com a nova redação da Lei 11.719/2008	298
11.1.4.4	Crítica	306
11.2	Sentença condenatória – art. 387	307
11.3	Sentença absolutória – arts. 386 e 397	308
11.3.1	Absolvição em geral – art. 386	308
11.3.2	Absolvição sumária – art. 397	310
12	RECURSOS – ARTS. 416, E 581, IV E VI, E REVOGADOS ARTS. 607 E 608	317
12.1	Apelação e recurso em sentido estrito	317
12.2	Protesto por novo júri	317
	REFERÊNCIAS	319